



## **Formação, associativismo e condições de trabalho do magistério primário rural pernambucano pelas lentes do *Jornal do Professor* (1955-1962)**

Training, associativism, and working conditions of rural primary education in Pernambuco through the lens of the *Jornal do Professor* (1955-1962)

Formación, asociacionismo y condiciones de trabajo del magisterio primario rural pernambucano a través de la óptica del *Jornal do Professor* (1955-1962)

Iracema Santos Carvalho dos Anjos  
Universidade de Pernambuco (Brasil)  
<https://orcid.org/0000-0001-7361-2102>  
<http://lattes.cnpq.br/7243397120768791>  
[iracemacarvalho2008@gmail.com](mailto:iracemacarvalho2008@gmail.com)

Virgínia Pereira da Silva de Ávila  
Universidade de Pernambuco (Brasil)  
<https://orcid.org/0000-0002-2634-1474>  
<http://lattes.cnpq.br/4618776221936510>  
[virginia.avila@upe.br](mailto:virginia.avila@upe.br)

### **Resumo**

Este estudo examina aspectos da formação, dos espaços de atuação, das condições de trabalho e da associação da classe de professores do magistério primário rural do Estado de Pernambuco, veiculados no *Jornal do Professor*, órgão de divulgação do Centro de Professorado Primário de Pernambuco (CPPP), no período de 1955 a 1962. A delimitação temporal tem como marco o primeiro e o último ano de circulação dos exemplares disponíveis no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, em Recife (PE). As publicações mostram a expansão do ensino primário rural, a criação de Escolas Normais e de cursos de especialização para os professores atuantes nas Escolas Típicas Rurais, nos Clubes Agrícolas e nas Escolas Granjas. A pedagogia da área rural diferenciava-se da rural-urbana, esta realidade foi por vezes a causa de conflitos entre os professores pelo isolamento das escolas rurais na área rural, as precárias condições de trabalho e os vencimentos que os diferenciavam.

**Palavras-chave:** Professores primários. Educação Rural. História da Educação.

## Abstract

This study focuses on the training, workspaces, working conditions, and association of rural primary teachers in the state of Pernambuco. The information is gathered from the *Jornal do Professor*, which is the publication of the Elementary Teacher's Center of Pernambuco (CPPP). The study covers the period between 1955 and 1962, which is the first and last year of circulation of the copies available at the Jordão Emerenciano State Public Archive in Recife (PE). The publications highlight the expansion of rural elementary education, the creation of Normal Schools, and specialization courses for teachers working in Typical Rural Schools, Agricultural Clubs, and Farm Schools. The pedagogy of the rural areas differed from that of rural-urban areas, leading to conflicts among the teachers due to the isolation of rural schools in the rural areas, the precarious working conditions, and the salaries that differentiate them.

**Keywords:** Elementary school teachers. Rural Education. History of Education.

## Resumen

El presente estudio examina aspectos de la formación, de los espacios de actuación, de las condiciones de trabajo y de la asociación en el rubro de profesores de magisterio primario rural en el estado de Pernambuco, Brasil, publicados en el *Jornal do Professor*, órgano de divulgación del Centro de Profesorado primario de Pernambuco (CPPP), en el período comprendido desde 1955 hasta 1962. La demarcación temporal está delimitada por el primero y el último año de circulación de los ejemplares disponibles en el Archivo Público Estatal Jordão Emerenciano, en Recife, Pernambuco, Brasil. Se observa, en las publicaciones, la expansión de la educación primaria rural, la creación de las Escuelas Normales y de cursos de especialización para los profesores que actuaban en las Escuelas Típicas Rurales, en los Clubes Agrícolas y en las Escuelas Granja. La pedagogía del área rural era diferente de la del área rural-urbana, y esta realidad era, a veces, causa de conflictos entre los profesores, debido al aislamiento de las escuelas en el área rural, las precarias condiciones de trabajo y los sueldos diferenciados entre las dos regiones.

**Palabras clave:** Profesores Primarios. Educación Rural. Historia de la Educación.

Recebido: 21/11/2023

Aprovado: 12/03/2024

## Introdução

O *Jornal do Professor*, órgão de divulgação da associação de classe dos professores primários do magistério vinculado ao Centro de Professorado Primário de Pernambuco (CPPP), circulou de 1955 a 1989. Ambos foram criados pela professora e deputada Maria Elisa Viegas de Medeiros. Para Tenório da Silva (2011), o CPPP, criado em 1951, e o *Jornal* em 1955, eram parte das ações introdutórias do corporativismo de Agamenon Magalhães, que governou o estado de 1950 a 1952, quando da sua morte (AGAMENON..., [20-]), “[...] talvez por isso, a primeira presidente do Centro tenha sido a responsável, durante o seu governo, pela instalação de escolas rurais em algumas cidades do interior [...]”, referindo-se às organizações de professores no país que se estruturaram com base do corporativismo, desde 1930 até o Estado Novo (1937-1945), no governo Getúlio Vargas, quando o Ministério do Trabalho passou a indicar trabalhadores de liderança em suas respectivas associações de classe, visando modificar as mentalidades, em direção à transformação da vida econômica do país. Esse papel, provavelmente, foi visto na professora Maria Elisa, detentora de experiência na Secretaria de Educação do Estado e na Diretoria Técnica de Ensino Primário Rural da Secretaria de Educação e Cultura, nos governos de Magalhães, Etelvino Lins (1952-1955), Cordeiro Farias (1955-1958) e de Cid Feijó Sampaio (1959-1963), até 1968, quando se desligou do serviço público de Pernambuco.

Com o lema “A voz legítima de nossa classe”, o *Jornal do Professor* publicou matérias do CPPP; dos professores primários associados, da capital e do interior; de professores colaboradores e de professores visitantes de passagem pela Capital, Recife. No início, a impressão era realizada na oficina do periódico *A Tribuna*, situada na Rua do Riachuelo, n.º 105, no bairro da Boa Vista. Quanto à tiragem mensal, não há registro nos exemplares utilizados neste estudo. A diretoria do *Jornal* era composta pela diretora-presidente, professora Maria Elisa Viegas de Medeiros, e as professoras Armiragi Brenckenfeld Lopes Afonso e Inalda Guerra, diretora-educacional e diretora-gerente, respectivamente.

Os exemplares do *Jornal do Professor* foram localizados no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, em Recife (PE)<sup>1</sup>. Cada exemplar era composto por seis páginas, sendo o valor do avulso CR\$ 2,00 (dois cruzeiros); as assinaturas anuais, CR\$35,00 (trinta e cinco cruzeiros), e as mensais, CR\$20,00 (vinte cruzeiros). A periodização quinzenal foi regular, do ano de 1955 até 1958; bimestral, de 1959 a 1960; e semestral, em 1962. A partir de 1957, a sede e da oficina mudaram de endereço algumas vezes, sendo transferidas do primeiro local para a Rua Pe. João Ribeiro, n.º 49, na Boa Vista, em Recife. Em 1958, mudaram-se novamente, desta vez para a Rua da Matriz, n.º 77, mesmo endereço do CPPP (ANJOS, 2020).

Adotamos as proposições metodológicas utilizadas por Áurea Adão (2012), no livro *A Educação nos artigos de jornal durante o Estado Novo (1945-1969): um repertório cronológico, temático e onomástico*, publicado em 2012. Nessa obra, a autora classifica os diferentes textos em artigos de opinião, estudos, editoriais, reportagens, notícias, discursos, entrevistas, biografias, legislação, publicações e mesas redondas. Para ela, a “A imprensa periódica constitui uma fonte necessária para o estudo da história contemporânea nos seus diversos domínios; nela se exprime, directa ou indirectamente, a opinião pública no sentido de opinião publicada” (ADÃO, 2012, p. 22).

O trabalho se organizou em quatro etapas. A primeira, consistiu na digitalização de 84 (oitenta e quatro) páginas *Jornal do Professor*, no Arquivo do Estado de Pernambuco, Jordão Emerenciano, localizado em Recife. A segunda, na organização de uma tabela com a periodização das edições, destacando-se algumas variáveis como ano de publicação, período, número e páginas. A terceira foi dedicada à periodização das matérias sobre formação,

---

<sup>1</sup> Exemplares desse Jornal, no formato impresso, posteriores ao ano de 1962, estão disponíveis para consulta *in loco* na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FAUSP), em São Paulo capital.

associação de classe, condições de trabalho de professores primários nas variáveis circulação (quinzenal, bimestral e semestral), período das tiragens, números das edições e das páginas. Este exercício de organização em categorias permitiu uma interpretação sobre a política do *Jornal do Professor*, ligada a tipologia de texto, considerando que o sistema de relações sociais no jornalismo habitualmente estabelece como legítimos determinados objetivos.

A estrutura editorial do *Jornal do Professor* era composta colunas de diferentes tipologias de matérias de caráter jornalístico, constando no centro da primeira página a coluna para o *Editorial* e duas outras laterais, uma intitulada *Problemas escolares*, e a outra, que tratava dos temas *Clubes Agrícolas, Educação e a Escola Rural e Educação e Extensão Rural*. Nas quatro páginas seguintes, o quadro *Expediente*, com os dados da direção e o preço cobrado, além das colunas: *Comentários, Várias, Sociais, Notícias do Legislativo, Biografias, Relatórios e De Colega para Colega*. As colunas *Educação e Escola Rural, Educação e Extensão Rural e De Colega para Colega* dedicavam-se à discussão sobre práticas pedagógicas na escola rural e as condições de trabalho nesse ambiente. Quase sempre, os assuntos foram tratados por professores e por profissionais de diferentes áreas educacionais: engenheiro agrônomo, psicólogo, nutricionista e professores, que divulgavam, entre outros, métodos de ensino rural.

Entre os assuntos tratados, identifica-se a formação dos professores para o magistério rural, o planejamento do ensino primário rural, os congressos nacionais e estaduais da categoria dos professores primários, bolsas de estudos para os professores associados do CPPP, cursos de especialização e de aperfeiçoamento para o magistério primário do Estado de Pernambuco e ensino das artes agrícola e industrial. Dentre as matérias do *Jornal*, destaca-se *Plano de Ação para as Escolas Rurais*, publicada em 15 de junho de 1955, exemplar n.º 4, páginas 3 a 5, assinada pelo professor e engenheiro agrônomo Jair Furtado Meireles, que trata do propósito do Governo do Estado de Pernambuco de que o cultivo de plantas alimentares, objeto do trabalho dos professores do magistério primário rural com vínculo com o Estado, fosse expandido no horário de atuação de ensino do magistério nas Escolas Típicas Rurais (ETRs)<sup>2</sup>, como forma de atender uma necessidade emergencial do setor privado, as agroindústrias da região (MEIRELES, 1955b).

No exame de Souza e Ávila (2014, p. 11) “Entre as décadas de 1930 e 1960 o ensino primário rural emergiu como uma das problemáticas fundamentais da educação brasileira e passou a ocupar um lugar de destaque nos discursos de políticos, educadores e administradores do ensino público do país [...]”. Remontam a esse período a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Primário, pelo Decreto-Lei n.º 8.529/1946; da Lei Orgânica do Curso Normal, firmada no Decreto-Lei n.º 8.530/1946; e da Lei das Diretrizes e Bases da Educação, Lei n.º 4.024/1961 (LDB/61), que determinou, conforme menciona Andrade (2020, p. 165), a “[...] implantação em larga escala dos cursos Normais Regionais como instituição singular vinculada às realidades econômicas e sociais definidoras da vivência das populações não urbanas do país.”

Não por acaso, em 1957, o *Inquérito sobre trabalho e escolarização de menores na agricultura*, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), identificou entre outros aspectos o pauperismo das populações rurais, a má distribuição das escolas rurais e o desestímulo do professor em face dos salários exíguos (MAIA, 1982). A esse respeito, pode-se dizer, concordando com Ávila (2013), que as precárias condições de vida e os problemas de acesso à escola foram a realidade enfrentada pela população que vivia na zona rural, ao longo do século XX.

Este artigo é composto de três seções. A primeira, *Criação de escolas e expansão do ensino primário rural*, trata das ações do Governo Federal para a expansão da escolarização primária rural no país (e estadual de Pernambuco), em especial com a instalação das ETRs e a

---

<sup>2</sup> As ETRs eram um modelo arquitetônico de escola rural no país de distinção de concepção e de organização pedagógica nas escolas instaladas em localidades consideradas rurais.

formação do magistério primário rural para a atuação profissional nessas escolas. A segunda, *Formação do magistério primário rural: escolas normais e cursos de aperfeiçoamento*, analisa as matérias jornalísticas específicas sobre as ações para formação e capacitação do magistério primário rural, relacionando-as às firmadas nas legislações pelos governos. A terceira, *Associativismo e condições de trabalho do magistério primário rural*, aborda as ações do CPPP e do seu jornal, em defesa de melhor condição de trabalho do magistério rural pernambucano, como nos vencimentos<sup>3</sup> e moradia nas residências das ETRs.

### **Criação de escolas e expansão do Ensino Primário Rural**

As diretrizes nas Leis Orgânicas de Educação do Ensino Primário (Lei Orgânica n.º 8.529/1946) e do Ensino Normal (Lei Orgânica n.º 8.530/1946) imprimiram organicidade ao Ensino Primário e ao Ensino Normal no país. No art. 5.º, Capítulo III da Lei de 1946, firmou-se a forma de compartilhamento do Curso Primário, com cursos de Artesanato, Industrial e Agrícola; do mesmo modo, o compartilhamento dos cursos para formação ginásial, industrial e agrícola; e a formação de regentes de ensino elementar<sup>4</sup>; por último, do Supletivo<sup>5</sup>, com os cursos de aprendizagem agrícola e industrial e artesanato em geral.

Desde 1947, a política educacional de formação profissional de professores primários rurais priorizou ações de qualificação do Ensino Normal Rural, formuladas em duas frentes: primeiro, com o amparo financeiro aos estados na construção de edificações escolares; segundo, com estímulo à criação de cursos regionais de treinamento e aperfeiçoamento do professor rural em função de coordenação e dos professores rurais, mesmo aqueles que não cursaram instituição de Ensino Normal. Lourenço Filho (2001), ao tratar da distribuição das Escolas Normais e Cursos Normais Regionais pelos estados, territórios e Distrito Federal, em 1951, identificou, no estado de Pernambuco, a instalação de 9 (nove) Cursos Regionais e 11 (onze) Escolas Normais construídas; e, no estado do Ceará, 12 (doze) Cursos Normais Regionais e igual número de Escolas Normais.

Outro elemento a ser destacado diz respeito à criação de escolas rurais no modelo das ETRs, demonstrada no Boletim n.º 40 do INEP, publicado no ano de 1948, no mapa do país, apresentado por Lima (2004), no qual consta o total das unidades escolares instaladas e distribuídas pelos estados brasileiros. Nesse mapa, é possível observar a construção de 398 escolas em Pernambuco, na primeira metade da década de 1950, número que pode ter sofrido acréscimo, passando a 400, nos anos seguintes, conforme dado empírico apresentado no *Jornal do Professor* e na *Folha da Manhã*, e em outros jornais do Rio de Janeiro e Distrito Federal.

Em 1940, a publicação do Decreto n.º 507, de 27 de julho, pelo Governo pernambucano, promoveu mudanças na formação profissional do professor para o Ensino Primário Rural, com a inserção de conteúdos no currículo do curso de Ensino Normal e de

---

<sup>3</sup> Conforme a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e fundações públicas federais, Art. 40, o vencimento é retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

<sup>4</sup> Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, Art. 2º fixa o ensino de nível normal ministrado em dois ciclos. O primeiro, curso de regentes de ensino primário, em quatro anos, o segundo, curso de formação de professores primários, em três anos.

<sup>5</sup> O Plano Nacional de Educação Supletiva no Brasil, a Campanha de Educação de Adultos, atendia a adolescentes e adultos analfabetos, em duas etapas distintas, a primeira de 1947 a 1950 marcou as conquistas do Movimento, a segunda, até o ano de 1954, quando o ritmo de desenvolvimento dos trabalhos passou a refletir as consequências da mudança de orientação ideológica atribuída à política educacional no país pelas novas administrações.

disciplinas de caráter técnico, como Contabilidade, Administração, Apicultura e outras (PINHEIRO, OLIVEIRA E SANTANA, 2020). Também no Decreto n.º 488, do mesmo ano, os autores identificaram a criação da Federação de Clubes Agrícolas, entidade empenhada em ajudar na formação técnica agrícola do professor rural do magistério do estado de Pernambuco.

Entre 1950 e 1960, houve um acelerado aumento no número de cursos de Ensino Normal no país. Todavia, isto resultou em críticas dos professores e dos administradores da área educacional, direcionadas ao currículo entendido como descaracterizado pela Lei Orgânica n.º 8.530/1946, que lhe deu similaridade ao Curso Ginásial (Colegial), conforme atestam Vicentini e Lugli, (2009). A partir de 1960, as autoras identificaram insatisfação com a formação dos professores para o magistério primário rural nos diversos cursos de Ensino Normal, pelo despreparo dos professores na atuação pedagógica nas salas de aula das escolas primárias rurais. Outra posição contrária foi a respeito da equiparação das instituições de Ensino Normal da iniciativa particular à pública.

Em consonância com esse panorama, o magistério primário rural era visto com descrédito, e os traços dessa realidade resultaram em análises, reflexões e críticas por parte de professores e dirigentes que foram veiculadas no *Jornal do Professor*. Em 15 de abril de 1955, na coluna *Editorial*, espaço dedicado à posição oficial da direção do *Jornal*, a professora Maria Elisa escreve matéria intitulada *Em torno da formação do professor rural*<sup>6</sup> (MEDEIROS, 1955b), na qual faz a defesa do mestre rural com o objetivo de melhorar a sua formação como requisito para a atuação no Ensino Primário Rural de Pernambuco. A dirigente chama a atenção dos mestres rurais para que cuidem com “imenso e singular zelo” da formação do seu magistério, procurando acompanhar as inovações rurais por intermédio de estudos e cursos de especializações, sendo o professor elemento social difusor da nova mentalidade do magistério ruralista.

Nesse mesmo *Editorial*, Maria Elisa cita uma ocorrência interna do CPPP, evidenciando divergências de percepções entre os professores rurais e os rurais-urbanos. Segundo ela, “[...] há, talvez, entre nós, o preconceito de que o professor rural é inferior ao professor urbano, e desse falso conceito que dele fazemos vamos injustificando-o na sua missão incomparável.” (MEDEIROS, 1955b, p. 1). A situação de diferenciação é possível ser creditada aos vencimentos dos professores rurais decorrente de um conjunto de ações e de práticas do Estado de Pernambuco, relacionadas às condições de trabalho do seu magistério primário, levando-os a controvérsias, conflitos e diferenciação do *status* profissional, conforme a localização das escolas.

Entusiasta das ações do Governo pernambucano, em 3 de março de 1955, durante sua estadia na Capital do Distrito Federal, Maria Elisa concedeu entrevista ao *Jornal* brasileiro *A Noite*. Na oportunidade, aproveitou para divulgar a construção de 400 Escolas Típicas rurais (ETRS) no Estado pernambucano, geridas por professoras formadas no Instituto de Educação e nas Escolas Normais Rurais e em cursos de especialização na Escola Rural Alberto Torres (1936) – antes Escola Rural Modelo (1929) – e na Escola de Especialização Rural Murilo Braga, em Recife) (MEDEIROS, 1955a).

Com relação à estrutura de uma ETR, a figura 4 apresenta-a em dia de inauguração, em cuja legenda está escrito – “com seus alpendres acolhedores, eram um símbolo de renovação e esperança, nos meios rurais do Estado” – enaltecia os esforços do governo para a construção de ETRs (ECOS..., 1955).

---

<sup>6</sup> Neste texto, será mantida a grafia de época.

**Figura 1** - Escola Típica Rural da Matriz da Luz. Município de São Lourenço da Mata (PE)

**Fonte:** Ecos de ontem da Campanha Ruralista em Pernambuco (1955)

A criação das escolas de Ensino Primário Rural no território pernambucano foi tema de matéria publicada em 1º de abril de 1955, no Jornal *Diário de Pernambuco*, fundado em 1825 e ainda em atividade na Capital. Na matéria, creditada ao Secretário de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco Aderbal Araújo Jurema, que permaneceu no cargo de 1954 até 1958, este esclarece os objetivos do Plano Quadrienal do Estado de Pernambuco, em apreciação do então Governador Osvaldo Cordeiro de Farias, e aponta a construção de escolas rurais em Orobó, Limoeiro, Vicência, Angelim, Água Preta, Águas Belas, Serenhaém, Nazaré da Mata, Parnamirim, Inajá, Coripós e Cabrobó, com apoio financeiro e técnico do INEP. Segundo ele, as construções deveriam atender às normas da moderna arquitetura funcional (JUREMA, 1955).

### **Formação do magistério primário rural: escolas normais e cursos de aperfeiçoamento**

Nesse período, o Governo do Estado de Pernambuco elaborou um conjunto de ações com o objetivo de impulsionar a formação do magistério primário rural. Exemplo disso, foi a publicação da Divisão de Ensino Profissional, Rural e Supletivo da Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura de Pernambuco, no Diário Oficial de 10 de abril de 1953, convocando as professoras do magistério das ETRs no interior a participarem do *V Curso de Aperfeiçoamento Rural*, considerado requisito para a manutenção de vínculo profissional com o Estado e obtenção de cadeiras<sup>7</sup> nas escolas rurais, e também para a atuação de ensino nos cursos de caráter rural e de serviços sociais nas ETRs. O Curso previa o ensino de noções de Veterinária; Puericultura; Enfermagem e os Socorros de Urgências Rurais; escola primária e formação na zona rural; métodos de ensino; e sobre as instituições complementares à escola (PERNAMBUCO, 1953).

Entre as ações estava a criação das Escolas Granjas, em sua maioria ligadas ao Serviço de Assistência a Menores (SAM) do Ministério da Justiça, cuja finalidade era promover a integração dos menores carentes ao meio social e de ministrar-lhes o ensino primário, conforme o Regimento do SAM, de acordo com o Decreto n.º 42.510, de 26 de outubro de 1957, assinado pelo Presidente Juscelino Kubistchek (1956-1961). Esse documento direcionou o ensino

<sup>7</sup> Termo utilizado à época para designar uma disciplina curricular escolar.

semiespecializado da Agricultura, da Zootecnia e das Indústrias a uma aprendizagem profissional rural (BRASIL, 1957). Os proprietários das Granjas, em acordo com a Secretaria de Agricultura de Pernambuco, instalavam e faziam funcionar as escolas rurais nas Granjas, a exemplo da Escola Granja Apolônio Sales, localizada na homônima Granja, destinada à atuação dos professores iniciantes no magistério primário rural. Na figura 2, observa-se um grupo de crianças trajando uniforme da Escola Granja Apolônio Sales, no Ibura, na Capital pernambucana, algo que não era comum à época.

**Figura 2** - Escola Granja Apolônio Sales. Recife (PE)



**Fonte:** O ensino rural (1955)

Jair Furtado Meireles foi colaborador do *Jornal do Professor* e dedicou-se a escrever artigos sobre Educação Rural e Escola Rural e os Clubes Agrícolas Escolares. Em 15 de junho de 1955, escreveu um artigo intitulado *Plano de Ação para as Escolas Rurais do Estado de Pernambuco*, no qual criticou duramente as intenções do plano, privilegiando a manutenção de interesses dos proprietários das agroindústrias canavieiras em detrimento do magistério rural, referindo-se especialmente à ampliação da jornada de trabalho do magistério primário rural nas Escolas Rurais. A crítica de Meireles era em relação à condição e ao trabalho do magistério primário rural nas Escolas Rurais nas usinas e nos engenhos de cana-de-açúcar, em caráter compulsório, em lugar de servidores técnicos agrônomos da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de Pernambuco (MEIRELES, 1955).

Em outra publicação, veiculada em 1956, na coluna *Escola Rural*, Meireles (1956) denuncia a realidade do magistério primário rural por não seguir, em sua maioria, os parâmetros oficiais de recrutamento condicionados pelo Estado de Pernambuco, mas estar sujeito a políticos profissionais que arranjavam nomeações para as moças leigas ou professoras fora das exigências legais. Enfatizava, ainda, o empenho de agrônomos e técnicos agrícolas assistentes para normalizar a situação do professor rural com despreparo sobre as técnicas agrícolas, causa de descrédito no ensino rural. Apontava a pouca relação com o rural dos professores rurais como outro problema.

Ainda na coluna *Escola Rural*, Meireles (1956) pondera que, embora tenham sido construídas 400 ETRs, estavam longe da perfeição da Escola Rural. Segundo ele, serviam para “graúdos da política, beneméritos da sua zona eleitoral”. Mais adiante, informa que o Secretário de Educação de Pernambuco Aderbal Jurema estivera em um curso para formação rural oferecido pela Associação de Crédito e Assistência Rural (ANCAR)<sup>8</sup>, cujo tema central eram as pedagogias de ensino rural e urbana. Jurema afirmou que o ensino rural e o urbano rural eram, na visão sociológica, distintos e, assim, Meireles entendeu que o secretário havia compreendido a diferenciação condicionada ao desempenho dos professores rurais na área rural em relação aos rurais-urbanos, de modo que bastava “[...] recrutar o professorado na região onde sua presença torna-se necessária, fixando-o no ambiente e não desenraizando-o com deslocamento de região a outra.” (MEIRELES, 1956, p. 1).

No artigo *Clubes Agrícolas*, publicada na primeira página do *Jornal*, em agosto de 1957, Meireles (1957) comenta uma viagem de um grupo de líderes ruralistas brasileiras, realizada em 1955, em busca de novos conhecimentos sobre a vida rural nos Estados Unidos da América do Norte. Tendo em vista a formação recebida, eles consideraram os Clubes americanos como um dos pilares básicos da prática agrícola americana, e que tais Clubes preparam os jovens de hoje para serem a nova geração de fazendeiros da América.

O reconhecimento dos Clubes Agrícolas no país ficou evidente no número de inscrições para o seu funcionamento, segundo os relatórios do Sistema de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura (SIA), sendo 881, de 1940 a 1944, e 2.800, em 1958. Além de receberem a subvenção federal e a assistência técnica agrícola do Ministério da Agricultura, aos Clubes Agrícolas receberam informações sobre técnicas de ensino agrícola pela revista *Brincar e Aprender* (1942-1960), destinada aos participantes dos Clubes, com sugestões e orientações a partir dos relatórios enviados obrigatoriamente pelos Clubes Agrícolas do país ao SIA, com o objetivo de maior controle do ensino agrícola nas escolas rurais (MENDONÇA, 2006).

Em pauta nos debates educacionais do período, o *Jornal* divulgou entrevista concedida em 12 de fevereiro de 1958 pela professora Elvira Rosário, associada do CPPP, congressista no *III Congresso Nacional dos Professores Primários*, em “Porto-Alegre”, realizado de 11 a 18 de janeiro de 1958. Entre os temas de interesse apresentados pelos professores nesse congresso, a professora destacou a assistência social aos escolares, rendimento escolar e estudos das causas da reprovação ou repetência na Escola Primária, considerados questões-problema nas escolas brasileiras, rurais e urbanas, de dimensão socioeconômica (ROSÁRIO, 1958).

Atento às ações voltadas à formação dos professores primários rurais, o *Jornal do Professor* publicou *Novos planos de trabalho*, elaborado pelo Departamento Técnico de Educação Primária da Secretaria de Educação e Cultura, com o intuito de tornar o ensino o mais eficiente possível. O plano previa o desenvolvimento intelectual e prático do magistério por meio de cursos de Formação de Professores do Jardim de Infância e Classes Preparatórias para Leitura; Estudos em torno da História de Pernambuco; Ciências Matemáticas; Ciências Físicas e Naturais (incluía as técnicas ruralistas); Geografia Geral de Pernambuco; e o Curso de Linguagem (NOVOS PLANOS DE TRABALHO, 1959).

O *Jornal* também destacou o *IV Congresso Nacional de Professores Primários*, com o subtítulo *Em Recife, Pernambuco, a ser realizado de 17 a 24 de janeiro de 1960*. Curiosamente, no regulamento do Congresso, datado de 21 de agosto de 1959, observa-se a ausência de assuntos específicos sobre formação dos professores do magistério rural e da educação rural (IV CONGRESSO NACIONAL DE PROFESSORES PRIMÁRIOS, 1959).

---

<sup>8</sup> Em 1948, foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), para execução de programa de Extensão Rural. Depois, outras surgiram no Nordeste, sendo a ANCAR nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. O método de ação foi inspirado no modelo norte-americano de extensão rural.

Nos meses de agosto e setembro de 1959, Meireles (1959) escreveu *Estatutos para Clubes Agrícolas*. Nesse artigo, apontou a dificuldade do Ministério da Agricultura de investir nos Clubes do país e disse que era preciso persistir e resolver questões fundamentais da educação do campo. A fiscalização dos Clubes Agrícolas nas ETRs era gerida pela Federação dos Clubes Agrícolas Escolares de Pernambuco, de acordo com o Estatuto dos Clubes Agrícolas Escolares do Estado.

### **Associativismo e Condições de Trabalho do Magistério Primário Rural**

Em junho de 1952, o Governo de Pernambuco convocou os professores rurais da 3.<sup>a</sup> Entrância das Escolas Granjas, do Grupo Escolar Rural e das ETRs para a formação no Curso Regional oferecido pelo SIA do Ministério da Agricultura aos Dirigentes de Clubes Agrícolas, condição estabelecida pelo Estado de Pernambuco com vistas à atualização e formação dos que organizavam e administravam os Clubes nas ETRs (PERNAMBUCO, 1952). O modelo de entrâncias remonta ao período do Império no Brasil, conforme o Decreto n.º 1.331-A, do ano de 1854, do Ministro dos Negócios Luiz Pedreira do Couto Ferraz, que regulamentou a instrução primária em estrutura territorial na Corte Imperial<sup>9</sup>. Desde 1875<sup>10</sup>, os governos pernambucanos associaram a estrutura educacional e as condições de trabalho dos mestres de primeiras letras ao sentido de entrâncias dado no Império: assim, naquela época, as escolas de 3.<sup>a</sup> entrância eram as localizadas nas freguesias<sup>11</sup> do município de Recife; as de 2.<sup>a</sup> entrância, nos outros municípios e/ou vilas; e as de 1.<sup>a</sup> entrância, nas vilas da província de Pernambuco.

Na década de 1950 e primeiros anos da década de 1960, essa organização em entrâncias diferenciou as escolas rurais e rurais-urbanas e as condições de vencimentos do magistério rural na área rural e rural na área urbana, o rural-urbano<sup>12</sup> sendo de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> entrâncias na região de Sertão e do Agreste; e 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> entrâncias na Zona da Mata e no território da Capital do Estado pernambucano. Acrescente-se que, se pelo viés da carreira do professor do magistério com vínculo com o Estado de Pernambuco, o professor que desejasse ser removido de uma escola de 1.<sup>a</sup> entrância para outra de 2.<sup>a</sup> entrância teria que ter tempo de serviço para merecê-lo. Da mesma forma, prevaleceu a antiguidade do professor no magistério primário rural para que ele fosse transferido para uma escola de 3.<sup>a</sup> entrância, porém, o professor rural estaria sujeito a concurso, segundo a gestão local (GONÇALVES FILHO, 2016).

O associativismo dos professores primários no país, na visão de Vicentini e Lugli (2009), estimulou a organização do magistério primário rural com vínculos com os estados brasileiros, criando espaços para que os professores falassem a respeito da valorização profissional e social e reivindicar para si, professores do magistério primário rural e urbano, a voz no planejamento da educação do país. A partir de 1950, nas discussões e lutas pela valorização dos salários dos professores primários foram de extrema importância o papel desempenhado pelos periódicos que representavam a categoria, segundo Vicentini e Lugli (2009, p. 164). Para essas autoras, em grande parte do século XX, a obrigatoriedade de organizar a carreira dos professores do magistério rural nas escolas do interior, gerou condições de isolamento social e queixas frequente dos professores. A partir das décadas de 1940 e 1950, a situação no meio rural no Sudeste e no Sul do Brasil levou à precarização das condições de trabalho do magistério rural.

---

<sup>9</sup> Para Gondra e Schueler (2008, p. 170) “[...] a condição de trabalho do professor primário público, desde a base da profissão, na primeira Lei de ensino de 1827, diferenciava-o conforme critério de localização das escolas, urbana e rural, e pela remuneração muito distinta promovida pela hierarquização interna das administrações locais.”

<sup>10</sup> Lei Provincial n.º 1.218, de 23 de junho de 1875.

<sup>11</sup> No sentido de subdivisão territorial de pequena povoação.

<sup>12</sup>Rural-Urbano é o perímetro de zona urbana, porém, com características rurais.

Como observa Souza (2016)<sup>13</sup> o magistério primário rural foi um dos primeiros coletivos a se profissionalizar e a exercer ocupação a partir de uma identidade coletiva comum. Para esta autora, na primeira metade do século XX, os professores “[...] enfrentavam problemas como o isolamento, a falta de prédios adequados para funcionamento das escolas, ausência de moradia, dificuldade de transporte, ausência de acompanhamento e orientação pedagógica e baixos salários” (SOUZA, 2016, p. 6).

As condições de trabalho do magistério primário rural do estado de Pernambuco, especialmente as escolas do interior, geraram a situação de isolamento identificada por Vicentini e Lugli (2009), causa de descontentamento e de conseqüente abandono da profissão pelo professor rural. O estudo de Lima (2004) sobre a implementação das ETRs no Estado pernambucano, na perspectiva da arquitetura e do espaço escolar em relação ao contexto sociopolítico e econômico das décadas de 1940 a 1960, considera que o modelo nacional das ETRs gerou algumas dificuldades ao magistério primário rural no país. No caso do estado de Pernambuco, entre outras, de moradia do professor firmada na Constituição Estadual de Pernambuco de 1947, no art. 140, que deveria ser uma casa no espaço físico das ETRs de 48 m<sup>2</sup> de construção total, localizada no centro de um terreno de um hectare. No projeto nacional das ETRs, a casa era uma moradia de baixo custo e, no Estado pernambucano, sofreu alterações, tendo o *water closet* no lado externo dessas escolas também a função de depósito de materiais de propriedade das escolas (LIMA, 2004). Além da moradia, de desconforto pela ausência de privacidade, de infraestrutura e de causa do isolamento do professor rural na área rural, Lima (2004) identificou adversidades surgidas com o deslocamento dos professores da Capital pernambucana e municípios do seu entorno até os municípios distantes destes locais na área rural.

Outra complexidade enfrentada pelos professores primários nas ETRs consta no artigo de Meireles (1956), *A Escola Rural*, em 15 de janeiro de 1956. Nele, responsabilizava o Estado de Pernambuco pela destruição da escola rural, por suspender o benefício nos vencimentos dos professores rurais de Cr\$300,00 (trezentos cruzeiros), destinado à casa para os professores das ETRs, e à compra de móveis e de outros itens necessários a quem reside na área rural. Crítica duramente o problema de deslocamento dos professores das ETRs de uma região para a outra da sua designação, o que poderia ser pensado no recrutamento, ligando-os ao seu ambiente, evitando-se, assim, os “[...] processos anárquicos de jogar professoras da cidade para escolas rurais e vice-versa que não têm outro objetivo senão trabalhar contra a Escola Típica Rural.” (MEIRELES, 1956, p. 1). Na edição de 15 de novembro de 1957, a professora Ruth Ivoly Tôres da Silva, do Estado do Rio Grande do Sul, na matéria *Escôlha da Unidade Didática*, aconselha que primeiro o professor procure conhecer as características predominantes da região ou localidade para a qual foi designado para lecionar nas ETRs (SILVA, 1957).

Em relação aos direitos dos trabalhadores, desde o governo do Presidente Getúlio Vargas (1945-1954), importantes avanços em leis reverberaram até a década de 1960, como a regulamentação de direitos, condições de trabalho e a legislação sindical com o monopólio da representação das categorias de trabalhadores no país. Mas esse período foi de resistência da elite latifundiária rural em estender benefícios da legislação trabalhista aos seus trabalhadores, em um momento marcado pelo alto custo de vida no país. Nos governos seguintes, dos presidentes Juscelino Kubitschek (1956-1961) e João Goulart (1961-1964), especialmente em 1962, sindicatos rurais foram legalizados e o Estatuto do Trabalhador Rural foi sancionado no em 1963, com a Lei n.º 4.214, que, entre outros direitos, determinou que nenhum trabalhador seria remunerado com base inferior ao salário-mínimo regional. A implementação da legislação trabalhista rural é posterior ao período do estudo, entretanto, há traços conhecidos e reconhecidos de profundas diferenças entre o trabalhador rural e urbano, que só foram unificados pela Constituição Federal de 1988.

---

<sup>13</sup>Professora na Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), coordenou o projeto nacional Formação e Trabalho de Professoras e Professores Rurais no Brasil: PR, RS, SP, MG, RJ, MS, MT, PE, PI, SE, PB, MA, RO (décadas de 40 a 70 do século XX), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, no período de 2016 a 2020.

Se, nas leis, busca-se a regularidade dos acontecimentos, na forma empírica, a realidade é apresentada de forma oposta no *Jornal do Professor*, quando faz a distinção de condição de trabalho entre os professores primários rurais e urbanos, conforme delineado pelo Secretário da Fazenda Clélio Lemos em sua reestruturação do funcionalismo estadual. Na organização elaborada por Lemos (1956), ficou demonstrado que os vencimentos dos profissionais da educação primária da área urbana da 4ª entrância, eram no valor de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) e da área rural da 1ª, 2ª e 3ª entrâncias, eram no valor de Cr\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros).

Assinada por Maria Elisa, o artigo *Aumento do funcionalismo*, publicado em 15 de abril de 1956, esclarecia que estava em curso uma reorganização de níveis salariais dos professores primários do magistério, tendo em vista as reivindicações após o reajuste divulgado em março do ano de 1956, mas a professora observou que seria necessário deixar para os colegas do interior o funcionamento das entrâncias, isto é, do aumento progressivo, característica do cargo de carreira. De acordo com Maria Elisa, “[...] degraus coordenados, respeitados na carreira do magistério para cujo acesso se exigirão sempre concursos” (MEDEIROS, 1956, p. 1).

Em fevereiro de 1957, na coluna central do *Jornal do Professor*, o artigo *Seguro de Vida* evidencia a situação de pauperismo do professor primário, que deveria se precaver contra as adversidades da vida. Para garantir uma vida melhor às famílias dos professores, o CPPP associou-se à Companhia Internacional de Seguros para a compra de apólices de seguros de Vida em Grupo, e Coletivo de Acidentes Pessoais, a benefício do professorado (SEGURO DE VIDA, 1957).

Com o emblemático apelo *Ninguém é de ninguém*, o *Editorial* de 15 de maio de 1958, nas páginas 4 e 5, alerta os professores do magistério primário rural sobre sua passividade em lidar com sua carreira, em um momento de desvalorização da categoria, e sobre a incapacidade da maioria dos professores de compreender a triste verdade do mundo de indiferenças aos direitos alheios. Nessa direção, o *Jornal* divulgou quadro elaborado pelo CPPP em defesa de melhores vencimentos para os professores associados, rurais e rurais-urbanos, conforme pode ser observado na figura 3 (NINGUÉM É DE NINGUÉM, 1958).

**Figura 3** – Reivindicação da classe de professores primários. Funcionalismo Estadual, 1958.

**Da Reestruturação do Funcionalismo**  
Reivindicação do CPPP, junto à Comissão encarregada da Reclassificação do Funcionalismo Estadual, apresentação para a carreira do Magistério, pela Sra. Deputada Maria Eliza Viegas e aprovada na reunião das entidades de Classe, para esse fim convocadas.

Magistério Primário no Interior:		
Prof. Regional	Nível 9	- Cr\$ 5.800,00
"	" 10	- " 6.200,00
"	" 12	- " 7.000,00
Dirigentes	" 16	- " 8.700,00
Insp. Orient.	" 19	- " 10.200,00

  

Magist. Primário da Capital:		
Professor	Nível 10	- Cr\$ 6.200,00
"	" 11	- " 6.600,00
"	" 13	- " 7.400,00
" Especializado	13	- " 7.400,00
Dirigentes	Nível 16	- " 8.700,00
Insp. Orient.	19	- " 10.200,00

Toda haverá aumento trienal, variando de Cr\$ 200,00 a Cr\$ 500,00 nos vencimentos.

Fonte: Ninguém é de ninguém (1958)

Não sem razão, a partir dos últimos anos da década de 1950, as representações associativas passaram, como observam Vicentini e Lugli (2009), a práticas reivindicatórias no país contra o avanço da desvalorização profissional, principalmente nos vencimentos que, desde 1958, que se intensificaram até a campanha nacional de 1962, que desencadeou a primeira greve nacional da categoria dos professores primários de 1963.

O conflito da categoria de professores do magistério deveu-se a inexistência, na legislação educacionais nacional e estadual, de dispositivos que promovessem oportunidades para o professor primário, rural ou rural-urbano, melhorar sua condição de concorrer ao cargo de diretor ou a uma função de Inspeção, ou seja, profissionalmente não se alcançava melhoria socioeconômica. Desde 1940 até o início da década de 1960, não foram identificados avanços na legislação estadual de Pernambuco sobre a carreira do professor primário rural, sendo concursos foram lançados pela Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura de Pernambuco, como o Edital n.º 4, publicado no *Jornal do Professor*, conforme a Constituição Estadual de Pernambuco elaborada em 1946.

No que diz respeito às etapas da estrutura para a profissionalização do magistério primário, Nóvoa (2014) entende-a como uma construção social que se configura também pelo apoio legal dos poderes públicos e estatais, que, entre outras responsabilidades, estabelecem condições de trabalho, como o ingresso na profissão, e que definem as modalidades de recrutamento e vencimentos importantes para a sua carreira profissional.

Como bem apontado por Vicentini e Lugli (2009), as associações de classe de professores no país preocupavam-se em amenizar as dificuldades dos professores devido aos seus baixos salários. No caso do CPPP pernambucano, além da luta por melhores vencimentos, o *Jornal do Professor* tornou-se um importante veículo de divulgação das reivindicações dos professores primários rurais e rurais-urbanos, assim como produtos variados ao amparo da categoria: alimentos, na sua Cooperativa; seguro de vida a baixo custo; espaço de lazer, na Casa de Férias do CPPP, localizada no município pernambucano de Garanhuns, distante 230 quilômetros da Capital.<sup>14</sup>

### Considerações finais

Para examinar a formação, os espaços de atuação, as condições de trabalho e a associação da classe de professores do magistério primário rural do Estado de Pernambuco, tomamos como parâmetro os artigos veiculados no *Jornal do Professor*, entre 1955 e 1962. A defesa constante do *Jornal* do mestre do interior, como vítima de descrédito do magistério rural; a indiferença à educação rural e a falta de orientação para a prática do ensino técnico agrícola nas escolas do campo; e a ausência de programas com políticas públicas que atendessem às realidades do meio rural.

Não obstante as concepções que orientaram a seleção das notícias veiculadas no *Jornal do Professor*, de 1955 a 1962, é evidente a expansão das escolas primária rurais e, no plano qualitativo, a formação obrigatória de professores em instituições de Ensino Normal, em cursos de especialização e formação técnica agrícola em práticas de ensino agrícola nos Clubes Agrícolas e nas Escolas Granjas. Apesar dessas ações, em sua maioria oriundas do Poder Federal, no âmbito estadual não foi dada atenção à pedagogia para a área rural pernambucana.

Os artigos trataram da dimensão da identidade coletiva e da ordem jurídica dos professores e das responsabilidades com o professor primário rural como elemento social e profissionalmente qualificado, além de configurar o ensino rural fortemente relacionado ao atendimento das ETRs no estado de Pernambuco, entre 1955 e 1962. Em

---

<sup>14</sup> Cf. A Cooperativa... (1957), Seguro... (1957) e A Prefeitura... (1957).

relação a atuação do magistério rural nas ETRs, diga-se, nos moldes adotados pelo Estado pernambucano, foi uma forma de apoiar o ensino rural que visava à fixação do homem no meio rural e que, mais tarde, nos últimos anos da década de 1950 e no início da década de 1960 do século XX, tornou-se um instrumento a serviço dessa fixação, de modo que as políticas públicas educacionais para o meio rural no Estado de Pernambuco apresentaram uma estrutura socioeconômica em detrimento das necessidades do professor primário rural vinculado ao Estado, sendo a escola e esse professor rural instrumentos, meios de reprodução das relações sociais e de produção agrícola na região.

## Referências

A COOPERATIVA dos Professores Primários de Pernambuco Ltda. *Jornal do Professor*, Recife: CPPP, ano 4, n. 41, p. 3, 15 ago. 1957.

ADÃO, Áurea. *A Educação nos artigos de jornal durante o Estado Novo (1945-1969): um repertório cronológico, temático e onomástico*. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/6382>. Acesso em: 10 set 2023.

A PREFEITURA de Garanhuns e a casa de Férias do CPPP. *Jornal do Professor*, Recife: CPPP, n. 41, p.1, 15 Maio 1957.

AGAMENON M. In: FGV/CPDOC. *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. [20-]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MAGALH%C3%83ES,%20Agamenon.pdf>. Acesso em: 26 set 2021.

ANDRADE, F. A. O Curso Normal Regional e a formação da professora primária rural. In: CHALOPA, R. F. de S.; CELESTE FILHO, M.; MESQUITA, I. M. de. (org.). *História e memória da Educação Rural no século XX*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 163-190.

ANJOS, I. S. C. *Formação e condições de trabalho do magistério primário rural no Estado de Pernambuco: análise do Jornal do Professor (1955-1962)*, 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Pernambuco, Petrolina-PE, 2020.

ÁVILA, V. P. S. *História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952): uma abordagem comparada*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. (Coleção PROPG Digital - UNESP). Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/109306>. Acesso em: 25 set. 2021.

AZEVEDO, E. O. N. de et al. Políticas de formação de professores primários rurais nos estados do Paraná e de Pernambuco (1930-1960). In: CHALOPA, R. F. de S.; CELESTE FILHO, M.; MESQUITA, I. M. de. (org.). *História e memória da Educação Rural no século XX*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 301-327.

BRASIL, *Decreto n.º 42.510, de 26 de outubro de 1957*. Aprova o Regimento do Serviço de Assistência a Menores. Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Brasília, 1957. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-42510-26-outubro-1957-381472-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 ago. 2018.

ECOS de ontem da Campanha Ruralista em Pernambuco. *Jornal do Professor*, Recife: CPPP, n. 4, 15 jun. 1955.

FERREIRA, M. M. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2021. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CLASSE%20OPER%C3%81RIA,%20A.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021.

GONÇALVES FILHO, C. A. P. *Escola de primeiras letras: o ensino público primário em Pernambuco durante a segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016, 244 p.

GONDRA, J. G; SHUELER, A. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

IMPRESSÃO Régia. In: ARQUIVO NACIONAL/MAPA. *Dicionário período colonial*. 2021. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/204-impresao-regia>. Acesso em: 14.12.2020.

IV CONGRESSO Nacional de Professores Primários: em Recife, Pernambuco, a ser realizado de 17 a 24 de janeiro de 1960. *Jornal do Professor*, Recife: CPPP, ano 4, n. 41, p. 1,2 e 4, ago./set. 1959.

JUREMA, A. A. Vida Educacional nos Estados. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v.24, n.59, jul./set. p.167-173, 1955. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/448/85>. Acesso em: 16.12.2020.

LEMOS, C. Nível - Salário - Especificação - Curso Primário. *Jornal do Professor*, Recife: CPPP, 15 abr. 1956.

LIMA, M. D. A. *A escola típica rural em Pernambuco: arquitetura, espaço escolar e proposta pedagógica (1940-1960)*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

LOURENÇO FILHO, M. B. *A formação de professores: da Escola Normal à Escola de Educação*. Brasília-DF, INEP, 2001. (Coleção Lourenço Filho, 4), Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/historia\\_da\\_educacao/a\\_formacao\\_de\\_professores\\_da\\_escola\\_normal\\_a\\_escola\\_de\\_educacao.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/historia_da_educacao/a_formacao_de_professores_da_escola_normal_a_escola_de_educacao.pdf). Acesso em: 20 set.2021.

MAIA, E. M. Educação Rural no Brasil: o que mudou em 60 anos? *Em Aberto*, Brasília, ano 1, n. 9, set. 1982.

MEDEIROS, M. E. V. de. Entrevista. *A Noite*, Rio de Janeiro, 3 mar. 1955a.

MEDEIROS, M. E. V. de. Em torno da formação do professor rural. *Jornal do Professor*, Recife: CPPP, n. 2, p. 1, 15 abr. 1955b.

MEDEIROS, M. E. V. de. Aumento do funcionalismo. *Jornal do Professor*, Recife: CPPP, n. 2, 15 abr. 1956.

MEIRELES, J. F. Plano de Ação para as Escolas Rurais do estado de Pernambuco. *Jornal do Professor*, Recife: CPPP, p. 3-5, 15 jun. 1955.

MEIRELES, J. F. A Escola Rural. *Jornal do Professor*, Recife: CPPP, n. 10, 15 jan. 1956.

- MEIRELES, J. F. Clubes Agrícolas. *Jornal do Professor*, Recife: CPPP, n. 28, p. 1, 1957.
- MEIRELES, J. F. Estatutos para Clubes Agrícolas. *Jornal do Professor*, Recife: CPPP, n. 41, 1959.
- MENDONÇA, S. R. Estado e ensino rural no Brasil: uma discussão historiográfica, *In: Sonia Regina Mendonça (org.), Estado e historiografia no Brasil*, Niterói: Rio de Janeiro, Brasil, EdUFF, 2006, p. 137-146.
- NINGUÉM acredita em ninguém. *Jornal do Professor*, Recife: CPPP, ano 3, n. 22, 15 maio 1958.
- NINGUÉM É de ninguém. *Jornal do Professor*, Recife: CPPP, n. 33, 15 maio 1958.
- NÓVOA, A. Profissionalização e Cultura Docente. *In: A construção social e histórica da profissão docente uma síntese necessária. Libânia Nacif Xavier. Revista Brasileira de Educação* v.19, n.59, p.839-841, out./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782014000900002>
- NOVOS Planos de Trabalho. *Jornal do professor*, Recife, n. 39, 1959.
- O ENSINO rural. *Jornal do Professor*, Recife: CPPP, ano 1, 15 ago. 1955.
- OS PORQUÊS do nosso Congresso. *Jornal do Professor*, Recife: CPPP, n. 4, 1955.
- PERNAMBUCO. V Curso de Aperfeiçoamento Rural, 10 de abril de 1953. Convoca professores do magistério das Escolas Típicas Rurais no interior. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*, Recife, 1953.
- PERNAMBUCO. Secretaria da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola. Ato de n.º 155, de junho de 1952. Convoca os professores rurais da 3.ª Entrância, *Diário Oficial*, Recife, 1952.
- PINHEIRO, A. C. F.; OLIVEIRA, M. G.; SANTANA, M. P. S. C. B. Iniciativas para a formação do professorado rural na Paraíba, em Pernambuco e no Piauí (1930 a 1960). *In: CHALOPA, R. F. de S.; CELESTE FILHO, M.; MESQUITA, I. M. de. (org.). História e memória da Educação Rural no século XX*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 329-359.
- ROSÁRIO, E. Entrevista. *Jornal do Professor*, Recife: CPPP, ano 3, n. 32, p. 5, fev. 1958.
- SEGURO de vida. *Jornal do Professor*, Recife: CPPP, n. 22, 1957.
- SILVA, R. I. T. da. Escôlha da Unidade Didática. *Jornal do Professor*, Recife: CPPP, n. 31, 1957.
- SOUZA, R. F. *Formação e Trabalho de Professoras e Professores Rurais no Brasil: PR, SP, MG, RJ, MS, MT, PE, PI, SE, PB, RO, MA, RS (décadas de 40 a 70 do século XX)*. 2016. Projeto financiado pelo CNPq, Processo n° 405240/2016-3, vigência 19/06/2017 a 31/01/2020.
- SOUZA, R. F.; ÁVILA, V. P. S. As disputas em torno do ensino primário rural (São Paulo, 1931-1947). *História da Educação*, v.18, n.43, p.13-32 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S2236-34592014000200002>

TENÓRIO DA SILVA, E. *Educação, tempo livre e lazer nas Associações docentes de Pernambuco na segunda metade do século XX*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4147>. Acesso em: 20 set. 2021.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G. Movimento docente: pluralidade e disputas. *In: VICENTINI, P. P. História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 95-153.